

Acordo de Brumadinho: Governo de Minas e Instituições de Justiça iniciam nova etapa dos estudos de risco ambiental e à saúde

Qua 13 agosto

O [Governo de Minas](#) e as Instituições de Justiça comprometidas do Acordo de Brumadinho — Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) — iniciaram, nesta quarta-feira (13/8), uma nova etapa dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), previstos no Acordo Judicial de Reparação. O objetivo é identificar riscos causados por rejeitos no rio Paraopeba e definir estratégias de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Os estudos começaram no segundo semestre de 2019 e já passaram por etapas de levantamento de dados e escuta das comunidades atingidas. Esta fase atual marca o início do trabalho da empresa Environmental Resources Management (ERM), responsável por concluir as devolutivas da Fase I e desenvolver as Fases II, III e IV.

Serão conduzidos três estudos principais: avaliação de aspectos de saúde para acompanhamento das comunidades; definição de ações de monitoramento e reabilitação ambiental; e medidas voltadas à fauna e à flora.

“A primeira fase está praticamente concluída, com levantamento das preocupações do Poder Público e da população. Os relatórios estão em fase final e serão apresentados às comunidades, reforçando o caráter participativo”, destaca a superintendente Central de Reparação Pró-Brumadinho, da [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag-MG\)](#), Geovana Santos.

O Estado, por meio da Seplag-MG, é responsável pelo suporte, acompanhamento e articulação dos atores envolvidos nos ERSHRE. Já a [Secretaria de Estado de Saúde \(SES-MG\)](#) e a [Fundação Estadual do Meio Ambiente \(Feam\)](#) são responsáveis pela aprovação da metodologia a ser utilizada, pelo acompanhamento técnico, pela fiscalização e pela aprovação conjunta das etapas e dos resultados dos estudos. As Instituições de Justiça acompanham e validam os resultados.

O projeto conta, ainda, com auditoria independente da Aecom, empresa responsável pela auditoria técnico-independente do processo de reparação socioambiental.

“O estudo é fundamental para que possamos transformar a complexidade e as questões apresentadas pelas comunidades em respostas concretas”, afirma o promotor de Justiça do MPMG Leonardo Castro Maia.

Antes da ERM, a execução dos estudos estava sob responsabilidade do Grupo EPA. A contratação da atual empresa foi realizada pela Vale, em conformidade com o Acordo Judicial, por decisão conjunta dos comprometidos. O plano resultante dos estudos reunirá ações permanentes de acompanhamento da saúde, reabilitação e remediação ambiental, monitoramento e controles institucionais.

Mais informações estão disponíveis no [Painel de Monitoramento dos Estudos de Risco](#).

O rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em 25/1 de 2019, causou 272 mortes e impactos severos na Bacia do Paraopeba, com danos sociais, econômicos e ambientais de grande magnitude.